

GERENTE DA P-66 **ARRISCA VIDA DA TRIPULAÇÃO E PUNE** TRABALHADORES POR NÃO MENTIR ATESTANDO TRABALHO SEGURO

O Sindipetro-LP recebeu uma denúncia de que a gerência da plataforma P-66 pressionou a equipe a realizar a transferência de óleo (offloading) da FPSO para um navio aliviador, mesmo com o equipamento apresentando riscos. A equipe alertou que a operação deveria ser interrompida para evitar riscos ambientais e de segurança aos trabalhadores. No entanto, foi questionada com um “você tem certeza?”, o que causou desconforto por soar como desdém à opinião técnica dos especialistas. Mesmo após reconfirmarem a necessidade de interromper a ope-

ração, a gerência tentou coagir a equipe a prosseguir com a transferência. Em seguida, determinou o desembarque daqueles que se recusaram a assinar o termo que atestava a segurança do procedimento. A ação resultou em uma denúncia anônima à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que proibiu o offloading, confirmando a correção da análise técnica da equipe.

Em episódio anterior, a mesma gerência ignorou uma denúncia de racismo a bordo da P-66, na qual uma trabalhadora negra relatou ter sido vítima de injúria racial. Em vez

de prosseguir com o caso e prestar o devido acolhimento, a gerência determinou o desembarque antecipado da trabalhadora, causando-lhe prejuízos financeiros e morais, sem qualquer ação contra o suposto agressor. O caso ficou sem resposta, reforçando um ambiente de impunidade na gestão atual do Sistema Petrobrás, mesmo após dois anos de troca de governo.

O Sindipetro-LP parabeniza a postura dos trabalhadores da P-66 que, diante de pressões e tentativas de coação, mantiveram-se firmes em suas decisões técnicas para evitar um potencial desastre

ambiental. Caso a transferência de óleo tivesse ocorrido sem as devidas condições de segurança, as consequências poderiam ter sido desastrosas para o meio ambiente, a segurança dos trabalhadores e a imagem da Petrobrás. A proibição da operação pela ANP reafirmou a necessidade de priorizar a segurança e a conformidade técnica em operações de alto risco.

Diante da gravidade das situações apresentadas, o Sindipetro-LP enviou um ofício ao RH da Petrobrás solicitando uma reunião urgente para tratar dos assuntos e discutir as devidas providências.

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO: **NÃO FIQUE SÓ. FIQUE SÓCIO!**

A necessidade de organização sindical é uma questão crucial para a proteção e promoção dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Os sindicatos desempenham um papel fundamental na garantia de condições de trabalho justas, salários dignos e benefícios. Organizados, unidos de maneira coletiva, somos uma força social poderosa, capaz de vencer os obstáculos e os adversários mais difíceis.

E a história da classe trabalhadora demonstra isso. Direitos históricos que hoje nossa geração possui foram conquistados com muita luta,

suor e - em muitos casos - com o sangue de trabalhadores de todo o mundo.

Em um cenário onde os interesses dos empregadores muitas vezes se chocam com os interesses da classe trabalhadora, os sindicatos funcionam como uma voz coletiva, capacitando a força de trabalho a negociar em pé de igualdade. Eles agem como um contrapeso ao poder das empresas, defendendo interesses das categorias e lutando por melhores condições de trabalho.

Neste sentido, o Sindipetro-LP busca, dialogar com você, que ainda não é nosso asso-

ciado. Em nossa opinião, sobram motivos para que você se torne sócio de um dos sindicatos mais combativos do país.

O papel do Sindicato

O Sindipetro-LP tem como papel principal lutar pelos direitos dos petroleiros (as), incluindo salários justos, boas condições de trabalho e contra-ataques à categoria. Além disso, o Sindicato não se limita a questões econômicas imediatas, mas também se envolve em questões políticas, como a defesa do pré-sal brasileiro e da Petrobrás como empresa pública. Para isso, a organização dos

petroleiros, por meio de atos, estudos e publicidade.

Como me sindicalizar?

Para se filiar é só acessar o site www.sindipetrolp.org.br, clicar na barra “Sindicalize-se”, que fica abaixo do logo do sindicato, escolher a aba ativo, baixar o formulário de inscrição, preencher e enviar por e-mail para secretaria@sindipetrosantos.com.br ou entregar pessoalmente a qualquer um dos nossos diretores. É importante destacar que as fichas devem ser assinadas e encaminhadas com cópia de fotos 3x4 do titular e dependentes habilitados.

EM REUNIÃO

PROJETO PILOTO: REPRESENTANTES DA FNP E PETROBRÁS DISCUTEM INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA DOS TRABALHADORES NO CFT

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Petrobrás se reuniram, no dia 06 de novembro, para discutir a obrigatoriedade da inscrição dos trabalhadores de nível técnico no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT).

O debate ocorre a partir da resolução 138/2021 do CFT, que define as atribuições do Técnico Industrial em Petróleo e Gás, e dá outras providências.

O encontro aconteceu após a FNP enviar ofício solicitando esclarecimentos à empresa, que apresentou um projeto piloto de certificação por competências, envolvendo 30 voluntários das áreas de Búzios e da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc).

O projeto consiste na realização de uma prova, com duração de duas horas, a ser realizada no início do próxi-

mo mês, na Universidade Petrobras.

Os aprovados conquistarão o diploma técnico em petróleo e gás e o registro do empregado no Conselho de Classe (sendo possível realizar até mais duas tentativas, em caso de reprovação).

De acordo com os representantes da companhia, essa é uma ação “para testarmos o conteúdo e o nível de exigência”. A Petrobrás ainda informou que o registro obrigatório no CFT deve impactar 7.914 trabalhadores da empresa – sendo 7.604 técnicos de operação, 384 técnicos de operação lastro/estabilidade e 290 técnicos de perfuração e poços.

Orientações gerais

Conforme informado pela companhia, os trabalhadores que já possuem diploma técnico devem se registrar no

CFT, apresentando o documento original e comprovando o pagamento da anuidade até dezembro de 2024.

Para os que ainda não possuem o diploma, a orientação final será dada após a conclusão do projeto piloto, provavelmente entre janeiro e fevereiro de 2025.

Ademais, a Petrobrás informou sua intenção de exigir, até 2026, a mesma certificação para todos os empregados que atuam nas ênfases impactadas pela resolução (citadas acima), sejam eles com diplomas técnicos ou não, ainda que já tenham realizado certificações anteriores na própria Petrobras, reconhecidas pelo SENAI e pelo MEC.

A FNP questionou essa proposição, uma vez que não era essa a diretriz que vinha sendo debatida, e expressou preocupação com a legali-

dade da medida, solicitando uma reunião tripartite com o CFT para esclarecer o impacto sobre o conjunto da categoria petroleira que atua na Petrobrás.

A Petrobrás, por fim, garantiu que não há perspectiva de punição aos trabalhadores que possuem diploma, mas que não comprovem estar em dia com a anuidade do conselho. No entanto, reforçou que qualquer exigência nesse sentido pode partir do CFT e somente o órgão poderá esclarecer tais dúvidas.

A FNP não vai aceitar medidas abusivas por parte da Petrobrás.

A Diretoria da Federação entende as exigências da resolução 138/2021 do CFT, mas os direitos dos trabalhadores que atuam há anos na profissão precisam ser respeitados.

Fonte: FNP

POR FALTA DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO, TRABALHADORES (AS) DENUNCIAM FALTA DE ALIMENTOS NA PLATAFORMA P-70

A Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista recebeu a denúncia de que, há cerca de três semanas, os trabalhadores e trabalhadoras da P-70 estão passando novamente por restrição alimentar devido à falta de planejamento da gestão da unidade. O problema vem se

agravando, e, neste momento, faltam itens como frutas, legumes, queijo, iogurte, margarina e requeijão.

Os embarcados reportaram a situação à enfermeira da unidade, que é fiscal, mas, até o momento, a situação só se agravou. A falta de alimentos, que é problema recorrente,

é uma clara demonstração da conduta da gestão da P-70, que não organiza a unidade para enfrentar situações adversas, como a ocorrida nesta quarta-feira (06), quando um navio com rancho encostou na plataforma, mas a condição da maré não permitiu o transbordo.

A Diretoria do Sindicato entende que as condições climáticas e da maré não podem ser controladas, mas a gestão precisa entender e trabalhar com todas as variáveis possíveis para que esses fatores não afetem a habitabilidade, saúde e segurança da unidade.